

1º Seminário de  
Trabalho INCT

PRODUÇÃO  
DA CASA E DA  
CIDADE  
NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO



inct  
PRODUÇÃO  
DA CASA E DA  
CIDADE

Seminário de Trabalho “Produção da Casa e da Cidade no Brasil contemporâneo”.

Caderno do 1º Seminário de Trabalho “Produção da Casa e da Cidade no Brasil contemporâneo” / realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT “Produção da Casa e da Cidade” - São Paulo, 2024.

1. Planejamento Territorial 2. Urbanização 3. Políticas Públicas  
4. Habitação. 5. Produção Imobiliária

Esta obra é de acesso aberto. É permitida sua reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte e autoria.

1º Seminário de Trabalho “Produção da Casa e da Cidade no Brasil contemporâneo” foi realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT “Produção da Casa e da Cidade”, entre os dias 16 e 17 de maio de 2024, presencialmente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

## COORDENAÇÃO

### INCT “Produção da Casa e da Cidade”

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins - FAUUSP

Luciana de Oliveira Royer - FAUUSP

## COMITÊ GESTOR

### INCT “Produção da Casa e da Cidade”

Rosana Denaldi - UFABC

José Júlio Ferreira Lima - UFPA

Jefferson Oliveira Goulart - UNESP

Estevam Vanale Otero - UNESP

## APOIO À COORDENAÇÃO INCT “Produção da Casa e da Cidade”

Giusepe Filocomo - FAUUSP

Anna Carolina de Paula Madrid de Marco - FAUUSP

Paula Custódio de Oliveira - LABHAB

Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka - LABHAB

## ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins - FAUUSP

Luciana de Oliveira Royer - FAUUSP

Giusepe Filocomo - FAUUSP

Anna Carolina de Paula Madrid de Marco - FAUUSP

Paula Custódio de Oliveira - LABHAB

Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka - LABHAB

## ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins - FAUUSP

Luciana de Oliveira Royer - FAUUSP

Rosana Denaldi - UFABC

José Júlio Ferreira Lima - UFPA

Jefferson Oliveira Goulart - UNESP

Estevam Vanale Otero - UNESP

Giusepe Filocomo - FAUUSP

Anna Carolina de Paula Madrid de Marco - FAUUSP

Paula Custódio de Oliveira - LABHAB

Larissa Gabrielle da Silva Noriko Hiratsuka - LABHAB

## IDENTIDADE VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Paula Custódio de Oliveira

## FINANCIAMENTO

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Chamada CNPq nº 58/2022 [Processo: 406870/2022-5]

## REALIZAÇÃO



## PARCERIA DE FOMENTO



# SOBRE O INCT **PRODUÇÃO DA CASA E DA CIDADE** E O 1º SEMINÁRIO DE TRABALHO “PRODUÇÃO DA CASA E DA CIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”

No âmbito da Chamada CNPq nº 58/2022, destinada à criação de novos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), a proposta do **INCT Produção da Casa e da Cidade** foi selecionada como um dos projetos interinstitucionais com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) do MCTI, em parceria com as agências CNPq, CAPES e FAPESP. O objetivo do INCT é aprofundar o conhecimento sobre a produção do urbano no Brasil contemporâneo, analisando a complexa e sofisticada interação entre Estado, mercado e organização social em um capitalismo caracterizado pela dominância financeira.

Nos dias 16 e 17 de maio de 2024, o INCT Produção da Casa e da Cidade realizou o seu primeiro seminário de trabalho para debater o desenvolvimento de suas pesquisas. Estiveram presentes no evento cerca de 60 pesquisadores(as), de sete cidades diferentes, representando nove instituições que compõem o instituto, refletindo a estrutura de pesquisa em rede do programa do CNPq. Esse é um evento que marca a instituição do Instituto. Neste sentido, a presente publicação decorrente do evento busca tanto situar as referências gerais para a pesquisa que se inicia,



assim como demonstrar e analisar a sua composição, em termos de pesquisadores e investigações. O presente documento é composto, para além desta introdução, de outras duas seções principais: (i) **Implementação do INCT “Produção da Casa e da Cidade”**; (ii) **Rede de pesquisa nacional sobre a Produção da Casa e da Cidade**.

O INCT Produção da Casa e da Cidade se desdobra em um conjunto de quatro eixos de investigação e diversas linhas de pesquisa, articulados entre si. Os primeiros três eixos abordam as formas de produção da casa e da cidade: a autoconstrução e a produção doméstica, as iniciativas estatais e a produção imobiliária privada. O quarto eixo procura aprofundar o campo dos estudos urbanos a partir dessa perspectiva. Neste livreto estão sistematizadas algumas reflexões iniciais acerca das pesquisas em desenvolvimento.

SAIBA MAIS EM:

<https://www.labhab.fau.usp.br/inct>



# IMPLEMENTAÇÃO DO INCT PRODUÇÃO DA CASA E DA CIDADE

Após 35 anos da Constituição Federal e pouco mais de 20 do Estatuto da Cidade, o projeto de pesquisa do INCT resgata, atualiza e problematiza as contribuições do livro organizado por Ermínia Maricato intitulado “A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial”, publicado em 1979. De modo geral, a rede em torno do INCT Produção da Casa e da Cidade debate as condições de produção e vida nas moradias e assentamentos urbanos brasileiros que continuam a enfrentar desafios por uma parcela significativa da população apesar dos avanços percebidos desde a redemocratização.

De partida, é importante situar de qual realidade brasileira estamos tratando. Se o diagnóstico de um Brasil em processo de consolidação da industrialização - contexto do livro que referencia esta investigação - não representa a totalidade do contexto atual, de qual Brasil estamos falando? Pode-se assumir que o movimento geral de reprimarização da economia vem direcionando as recentes transformações urbanas no país em conjunto com um cenário de desindustrialização urbana (ao menos em parte do país)? Também questões relativas à dominância financeira que forma ela impacta o urbano nas diferentes regiões do país serão discutidas no âmbito do INCT. Em suma, como a produção do urbano no Brasil de hoje se relaciona com a mudança na matriz produtiva do capitalismo contemporâneo e como isso impacta de formas diversas as distintas regiões do país constituem questões chave na pesquisa do Instituto.



As questões de pesquisa, tratadas em diferentes níveis, impactam de forma decisiva na leitura histórica do problema adotado pelo grupo. As condições político-institucionais e socioeconômicas que desde o final do século XX afetam a produção do urbano no Brasil se lançam como contexto para a interpretação da produção habitacional. E isso passa por resgatar as permanências e discontinuidades internas e externas nos últimos 50 anos do país.

Nas últimas décadas o Brasil passou não apenas pelo desenvolvimentismo, pela crise inflacionária e da dívida pública do final do período autoritário, como vem também, desde a redemocratização, dialogando de forma cada vez mais intensa com os mercados globais de capitais, em setores antes intensamente preservados por políticas nacionais. A convergência entre descentralização, ascensão dos poderes locais e aumento da participação social, de um lado, e a neoliberalização econômica, flexibilização e austeridade fiscal, de outro, vem marcando decisivamente as políticas públicas do país, em cenário de estabelecimento das instituições democráticas. A ascensão do capitalismo de plataforma, a digitalização, a disputa em torno do controle sobre as informações e o desenvolvimento da inteligência artificial generativa, assim como o comprometimento dos recursos naturais e o acirramento da emergência climática lançam desafios sem precedentes à compreensão da urbanização contemporânea.

Cientes, no entanto, de que é desejável mas insuficiente descrever o todo a partir da realidade individual e específica das formas de produção do urbano, não se pretende forjar narrativas uníssonas ou mesmo demasiadamente homogêneas sobre o impacto das novas formas de organização Estado-mercado-sociedade na produção das cidades. Antes, delimitar e posicionar o cenário e particularidades em estudo serve para compreender as propostas do Brasil de 2024 em tela.



Diante desse marco geral, aos seis primeiros meses da sua instituição, de modo específico, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT Produção da Casa e da Cidade inicia as atividades e análises sobre as características da urbanização contemporânea no Brasil, contexto caracterizado pela heterogeneidade, diversidade e desigualdade. Com vistas a promover a rede e o intercâmbio de expertises, o INCT realizou em maio de 2024 seu primeiro seminário de trabalho, cujos resultados são sintetizados pelo presente livreto e sinalizam como o Instituto contribui para as questões estudadas.



FIGURA 01. 1º SEMINÁRIO DE TRABALHO INCT (MAIO/2024)

Para além da pactuação de procedimentos e produtos de pesquisa, o seminário de trabalho serviu para evidenciar e tornar mais concreta a conexão e afinidade entre suas linhas de pesquisa, que partem de realidades e metodologias próprias. Tendo por objetivo aprofundar o conhecimento sobre a produção do urbano no Brasil dos dias atuais, o grupo avança no desenvolvimento da ciência e tecnologia no país na medida em que se baseia em evidências empíricas, e investiga contextos variados das cidades brasileiras. Por isso a articulação entre os esforços de pesquisa é tão valiosa.







Do ponto de vista das condições habitacionais estudadas pela rede, destaca-se o cuidado em discutir a cidade real, e a partir dela produzir as bases para contribuições concretas à inclusão habitacional e urbana - **EIXO 1 (AUTOCONSTRUÇÃO E AÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS POPULARES AUTOCONSTRUÍDOS)**. Assim se torna imperativo pontuar que a política de ‘baixos salários’ da década de 1970 não mais explica plenamente as atuais formas de geração e distribuição de renda e suporte às condições de vida da mão-de-obra subremunerada. Arriscaria-se dizer que ao desafio de estudar o “trabalho não pago” ou o “super trabalho”, nomeados por Francisco de Oliveira em sua obra, se soma à miríade contemporânea de novas formas de trabalho precarizadas além de informais, e com isso todas as insuficiências de dados decorrentes para a produção de conhecimento científico. Nem por isso as formas de trabalho envolvidas na autoconstrução habitacional, por exemplo, assim como sua intersecção com fatores como renda, classe e origem étnico-racial deixam de estar no centro do debate sobre a produção habitacional ‘possível’, nos termos de Erminia Maricato.

Soma-se a isso o entendimento de que a produção da casa não regulada pode estar associada à própria produção estatal, seja por encomenda ou via promoção pela iniciativa privada, de mercado. Esta se daria por pulsos, porém, de forma contínua, na forma das intervenções pontuais em conjuntos habitacionais entregues pelo Estado e iniciativa privada na transição do século. Logo, avançar na compreensão das imbricações entre déficit habitacional por inadequação e sobre as insuficiências qualitativas das moradias produzidas nas últimas décadas denota a urgência histórica de compreender, dimensionar e problematizar as diferentes formas de autoconstrução.



Advém dessa compreensão a busca contínua de parte do grupo do INCT por mapear, sistematizar e divulgar as formas de luta social e melhoria habitacional desenvolvidas pelas populações de baixa renda nos últimos anos. Nasce dessa premissa a rede de articulação política, acadêmica e profissional para pesquisa e ação sobre as condições de moradia e iniciativas de assessoria técnica populares no Brasil, envolvendo grupos, práticas e territórios de atuação de referência para a produção acadêmica e prática da profissão.

Há assim um cuidado com as transformações urbanas e habitacionais alcançadas nos últimos anos, e também com a prática da arquitetura e urbanismo em si, seus limites e potencialidades. Seja no âmbito dos movimentos sociais, da prática acadêmica, estatal ou de mercado. Afinal, o exercício realista do planejamento e do projeto depende diretamente da problematização das diferentes posições sociais e das condições de articulação entre os atores sociais. Soma-se, portanto, à leitura da cidade real, a ativação da rede de atores, agentes e instituições, públicas e privadas.



Nessa perspectiva, a compreensão do papel do Estado na modelagem e alavancagem de investimentos pelo setor imobiliário também compõe as pesquisas abrigadas pelo novo Instituto - **EIXO 2 (PRODUÇÃO ESTATAL DA MORADIA, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE: CONDICIONANTES, POLÍTICAS E PROGRAMAS)**. Neste flanco, são verificados e analisados não apenas os recursos financeiros sob gestão do Estado, como também as funções regulatórias estatais e as interações entre políticas públicas e a produção do espaço. Daí a necessidade de avanços teórico-analíticos



acerca da articulação real entre os programas e ações financiados por recursos orçamentários, crédito imobiliário e a produção imobiliária, assim como a relação entre marcos regulatórios estatais e instrumentos financeiros e de avaliação de imóveis.

Certamente os imbricamentos Estado e produção do espaço demandam a consideração sobre a questão fundiária nacional, também condicionante da ação estatal, de modo associado às reflexões já bastante tratadas sobre a literatura de políticas públicas, como as capacidades administrativas, financeiras e institucionais. Desse modo, a implantação de políticas fundiárias em interseção com as políticas urbanas e habitacionais se torna objeto de pesquisa, assim como a regularização fundiária se configura como pressuposto para o aprofundamento da mercantilização da terra.

Com atenção à promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, ganha corpo a reflexão crítica sobre a regulamentação e aplicação dos instrumentos urbanísticos, destacadamente o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC), a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e a Outorga Onerosa do direito de construir e de alteração de uso (OODC). Essa reflexão sobre o efetivo papel dessas propostas na transformação das cidades brasileiras e efetivação de direitos sociais se faz necessária em articulação com as ações, programas e políticas setoriais. Compreende-se, ainda, as possíveis articulações entre a OODC e o fenômeno das Operações Urbanas Consorciadas, também dispostas no âmbito do Estatuto da Cidade.

Soma-se a isso um esforço para a análise e a proposição de políticas públicas para as áreas centrais em cidades brasileiras de modo vinculado à reflexão sobre o Estado. A literatura já produzida pelo campo dos estudos urbanos sinaliza que apenas poucas vezes os projetos para as áreas centrais das cidades propuseram lidar de



forma incluyente com as realidades sociais e culturais existentes - trabalhadores e moradores de baixa renda, em grande medida. Via de regra são verificadas propostas caracterizadas pelo apagamento, exclusão, branqueamento de territórios, com foco na atração de consumidores e transformação imobiliária e urbana.

Desse modo, junto ao estudo das políticas públicas, há avanços na compreensão da atuação dos movimentos sociais, ampliando e incorporando o diálogo com esse importante agente social. Temas como ocupações de imóveis vazios ou subutilizados como alternativa de moradia para população de baixa renda, atuação do setor econômico imobiliário, gestão pública do parque edilício existente estão presentes nas pesquisas recentes. Destaca-se, assim, as efetivas particularidades e especificidades que caracterizam as áreas centrais das grandes metrópoles brasileiras.



Debater o binômio Estado e urbano passa também por atualizar a compreensão sobre as formas de atuação do mercado imobiliário, a partir das mudanças em curso no cenário local, nacional e mundial - **EIXO 3 (PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA E DE INFRAESTRUTURAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO)**. Parte das pesquisas do Instituto se dedica, desse modo, especialmente a observar de que forma e em que medida fatores atuais como desenvolvimento tecnológico e financeirização vêm transformando a renovação regressiva da habitação e das infraestruturas, redesenhando as 'fronteiras (i) mobiliárias'. A dissolução das fronteiras entre habitação e infraestrutura como produtos imobiliários seria um dos possíveis resultados e



meios das novas dinâmicas de reestruturação do espaço no Brasil, influenciadas pela reorganização do capital, pela mudança da ação política e pela regulação urbanística.

Objetiva-se ainda problematizar as maneiras pelas quais a natureza é incorporada pelos agentes da produção do espaço, seja na forma da apropriação do discurso da sustentabilidade como estratégia de marketing, seja na materialização desses discursos em novas demandas de mercado, também na adoção de instrumentos financeiros para acesso a crédito, mediante, por exemplo, certificação ambiental. A ascensão da agenda 'ESG' (*Environmental, Social and Corporate Governance* - em português: governança ambiental, social e corporativa) é componente desse processo, que tem extrapolado as fronteiras da governança multinacional e avançado sobre os setores habitacional e urbano.

O capitalismo global e as formas contemporâneas de acumulação seguem se relacionando ao Brasil urbano de hoje, por meio das formas e mecanismos do capital excedente (mercado financeiro, economia terciária, carteiras de investimentos) na expansão dos tecidos urbanos e atividade imobiliária. Apesar da fragmentação urbana ainda se fazer presente e ter se acirrado nos anos recentes, o desenvolvimento econômico nacional não está mais concentrado apenas nas grandes aglomerações metropolitanas do país.

Desse diagnóstico surge o interesse de parte do grupo por estudar o impacto da super-produção imobiliária em aglomerações urbanas não-metropolitanas e seu desenvolvimento enquanto pólos regionais de atração de pessoas e fornecedoras de serviços diversos. Interessa aprofundar a relação entre ação do mercado imobiliário no parcelamento do solo e na produção do espaço urbano, tanto no que diz respeito à produção imobiliária privada como eventualmente



em parceria com o poder público, e a normativa através da qual o Estado, no âmbito do poder local, procede em relação às regulações urbanísticas correlatas: planos diretores, leis de parcelamento do solo, planos habitacionais, ampliação do perímetro urbano e aplicação de instrumentos urbanísticos.

Suspeita-se, ainda, que setores como pecuária e mineração possam influenciar a expansão do tecido urbano e imobiliária em regiões do país. A partir da imersão no contexto regional do sul do Pará, no qual houve intensa conversão de terra rural em urbana no início do século XIX, se discutirá em que medida a reestruturação produtiva no campo, e decorrente intensificação migratória às sedes dos municípios minerais e da pecuária, pode impactar o desenho da rede urbana. Questiona-se se a economia extrativista e de cidades ribeirinhas, com hinterlândias como ponto de apoio para escoamento produtivo, não estaria se tornando palco de projetos de infraestrutura de capital intensivo e expansão da fronteira urbana, por meio da difusão de novos valores e práticas.

Também no sul do Pará o espaço se mostra como um elemento fundamental nas alianças voltadas à perpetuação do crescimento urbano, como uma forma de ordenar o processo de acumulação no circuito imobiliário. A partir da 'criação de localização' e da 'criação de um espaço construído', possibilita-se a absorção do capital excedente e evita-se a desvalorização.

Um olhar atento às novas dinâmicas imobiliárias demonstra ainda que a forma urbana guarda relações com os setores produtivos e com as especificidades das suas modelagens de negócio. Com esse enfoque, outra linha de estudo investigará a relação entre padrão geográfico, preço e produtos da oferta imobiliária e o perfil das empresas promotoras. A partir da pesquisa sobre o imobiliário



da Região Metropolitana de São Paulo buscar-se-á compreender o comportamento das grandes empresas promotoras, por meio da análise de suas estratégias e resultados corporativos referentes à gestão de ativos, do patrimônio e da dívida.

Avalia-se que o comportamento dos vetores de expansão imobiliária na experiência recente da capital paulista estariam relacionados aos movimentos econômicos de mercado em escala regional e metropolitana. E assim um suposto processo combinado de homogeneização e diferenciação por meio da formação de nichos de negócio estaria nas bases da expansão interurbana dos vetores imobiliários.



Seja no âmbito da produção autoconstruída, de mercado ou privada, as pesquisas avançam também em sentido historiográfico, com atenção à constituição e desenvolvimento de um campo do conhecimento: os estudos urbanos no Brasil - **EIXO 4 (ESTUDOS URBANOS NA PERIFERIA DO CAPITALISMO)**. Ao mapear a produção teórica sobre o urbano no país, entende-se inclusive o modo como seus constituintes se materializam nas práticas do urbano, denotando a imbricação entre ideias e práticas. Isso se dá de modo a reconhecer heterogeneidades na interpretação nacional, pautada pelas regionalidades, tensionando e delineando ideias como desenvolvimento, desigualdade, direitos.



A trajetória interdisciplinar dos estudos urbanos no Brasil, em sua articulação entre suas urgências e agências, numa interação entre luta social, política e pesquisas, faz parte de um processo mais amplo de formulação conjunta de uma teoria crítica sobre a urbanização e os desafios à justiça social e urbana.

Dialeticamente, a história faz pensar a atualidade e vice-versa. Faz pensar a prática na ciência e tecnologia nacional, que pode conduzir a academia a um distanciamento da prática, assim como a uma super fragmentação e hiperespecialização durante a produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, apoia a compreensão sobre continuidades e inovações temáticas, ou ao menos como diferentes temas são tratados pelos estudos urbanos. Há crise ecológica no campo dos estudos urbanos no Brasil? Há avanço na compreensão do racismo? Como os estudos urbanos interferem nas políticas públicas e nas transformações urbanas brasileiras?

Importante salientar que, no âmbito deste INCT, valores comuns saltam aos olhos, para além do desenvolvimento das pesquisas. Em especial a produção coletiva de conhecimento e a procura por dar visibilidade à realidade das cidades brasileiras, por meio do pensamento crítico e do compromisso social. São valores que encontram e estruturam a pesquisa sobre a produção do espaço urbano de modo articulado ao ideário da cidadania, ao antirracismo, à urgência da crise climática, à relevância do assessoramento técnico popular, do trabalho, do capital imobiliário, da periferia e do persistente “nó da terra”.





Diante de todo o exposto, construiu-se o entendimento sobre o potencial e possibilidades das articulações entre as pesquisas. Os diversos núcleos de pesquisadores estabeleceram também, ao longo dos dias do seminário, diálogos bilaterais de modo a verificar as sinergias entre suas pesquisas, com vistas inclusive a estabelecer trocas de informações e a manutenção das reflexões coletivas. Certamente a implantação do Instituto Nacional potencializará, desse modo, as pesquisas iniciadas antes de 2024, mas os seus resultados se visualizam muito além disso.

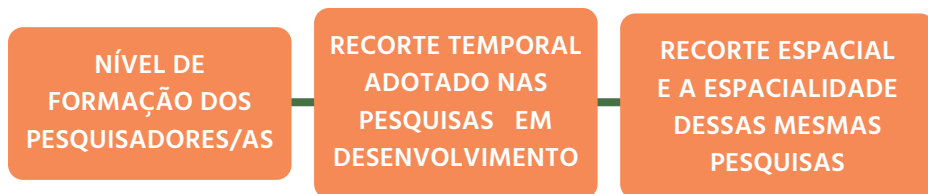
A reunião de pesquisadores e pesquisas de todo o país já permite a construção de agendas de trabalho compartilhadas, mobilizando não apenas o corpo docente de diferentes instituições de prestígio nacional, como também o corpo de pesquisadores supervisionados por esses professores. Graduandos, mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos passam a compor as atividades, reflexões e produtos do novo INCT, de modo que o coletivo recentemente formalizado passa a aprofundar os ganhos por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária, assim como a avançar em termos de ciência e tecnologia e também na formação de recursos humanos. Num país de marcadas precariedades e pobrezas urbanas, avanços nesse sentido são mais do que fundamentais para efetivação de direitos sociais e da moradia nas cidades brasileiras.





## REDE DE PESQUISA NACIONAL SOBRE A PRODUÇÃO DA CASA E DA CIDADE

O **INCT Produção da Casa e da Cidade** é composto por rede de pesquisa e pesquisadores/as nacionais. São diversas as características que poderiam ilustrar as atividades em curso, destacando a diversidade que privilegia o desenvolvimento da ciência e tecnologia em rede. Inicialmente, é possível destacar três elementos centrais para o entendimento das atividades em andamento. O primeiro elemento é o nível de formação dos pesquisadores. O segundo é o recorte temporal adotado nas pesquisas em desenvolvimento. O terceiro é o recorte espacial e a espacialidade dessas mesmas pesquisas.



O Instituto é composto por 66 pesquisadores/as em diversos estágios de formação, majoritariamente dedicados/as a algum curso de pós-graduação em andamento, como mestrado e doutorado. Temos 22 (33,3%) doutorandos/as, 19 (28,8%) mestrandos/as, totalizando 42 pesquisadores/as (63,6%) neste perfil. Em conjunto, se somam ainda ao grupo 7 graduando/as (10,6%), 1 mestre (1,5%), 17 doutores/as (25,8%).

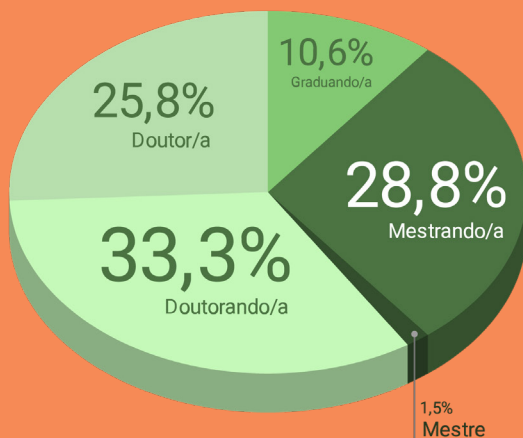


GRÁFICO 01. NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS/AS PESQUISADORES/AS

Destaca-se, contudo, que o Instituto está em fase de implementação, ainda em seu primeiro semestre de vigência. Desse modo, novas bolsas de pesquisa serão implementadas, o que alterará os números expressos acima, denotando a trajetória de evolução do INCT. Em termos qualitativos, destaca-se a qualidade da articulação entre diferentes níveis de pesquisadores, promovendo a formação de recursos humanos, assim como a troca entre pesquisas de diferentes níveis e propósito.



Para sistematização do recorte temporal das pesquisas que compõem o INCT, os dados foram agrupados a partir de décadas estudadas, iniciando pelos anos de 1960 a 1970, até 2020 a 2030. É importante destacar que algumas pesquisas estudam apenas parte de uma década e outras se estendem por mais de uma década. Há ainda aquelas que não definiram um período temporal para a análise, ou que ainda estão trabalhando na definição desse recorte temporal. De todo modo, os dados analisados demonstram que atualmente a maior parte das pesquisas está dedicada aos recortes temporais compreendidos entre 2010 e 2020 (29 pesquisas), enquanto 28 delas se concentram no período entre 2020 e 2030, e 19 entre 2000 e 2010. Uma pequena quantidade está dedicada aos períodos entre 1990 e 2000 (4 pesquisas); 1980 e 1990 (3 pesquisas); 1970 e 1980 (2 pesquisas) e 1960 e 1970 (2 pesquisas). Disso depreende-se que as pesquisas problematizam a trajetória histórica da urbanização no Brasil desde o final do século XX, mas em especial interpretam a partir da contemporaneidade as transformações ocorridas nas cidades brasileiras.

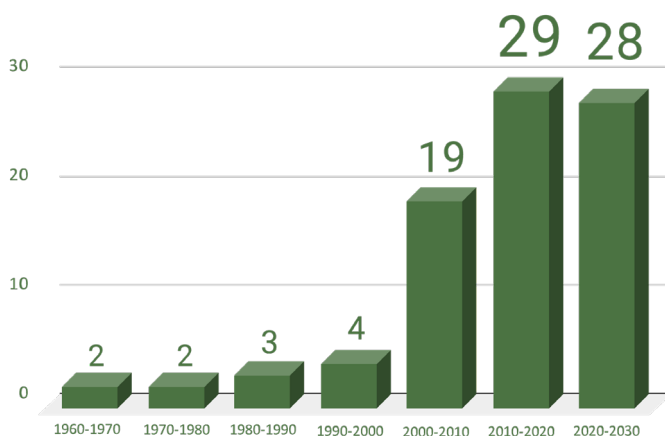


GRÁFICO 02. RECORTE TEMPORAL DAS PESQUISAS (1960-2030)



Os dados de recorte territorial foram obtidos a partir de um agrupamento dos estudos entre as seguintes categorias: internacional; nacional; regional (grandes regiões do país, estados, arranjos populacionais); metropolitana; e local (cidades, bairros, perímetros intraurbanos). É importante destacar que uma mesma pesquisa pode mobilizar mais de um recorte territorial, em escalas variadas. Ao mesmo tempo, há pesquisas que ainda definirão esse recorte territorial. No atual momento, há concentração de pesquisas que se dedicam ao estudo da escala local (47,6%), seguida da escala regional (27,0%). Além disso, 11,1% (7) estudam a escala metropolitana; 12,7% (8) a escala nacional e 1,6% (1) a escala internacional. Daí o entendimento de que, apesar da relevância do local e regional, certamente a compreensão sobre a produção da casa e da cidade se dá em diferentes escalas territoriais, mesmo internacionais.

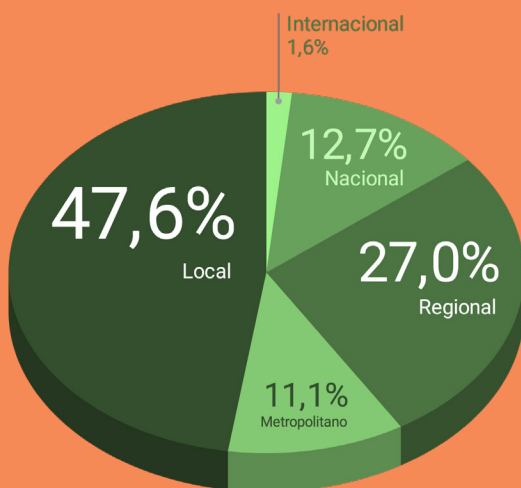
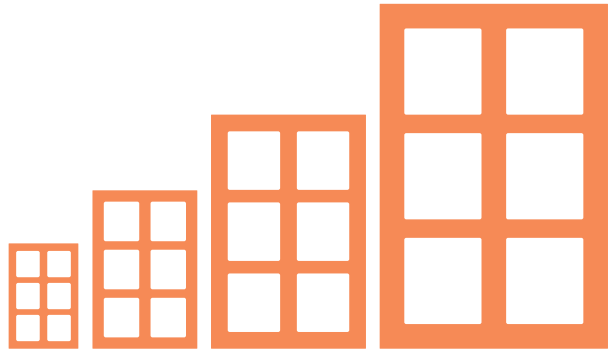


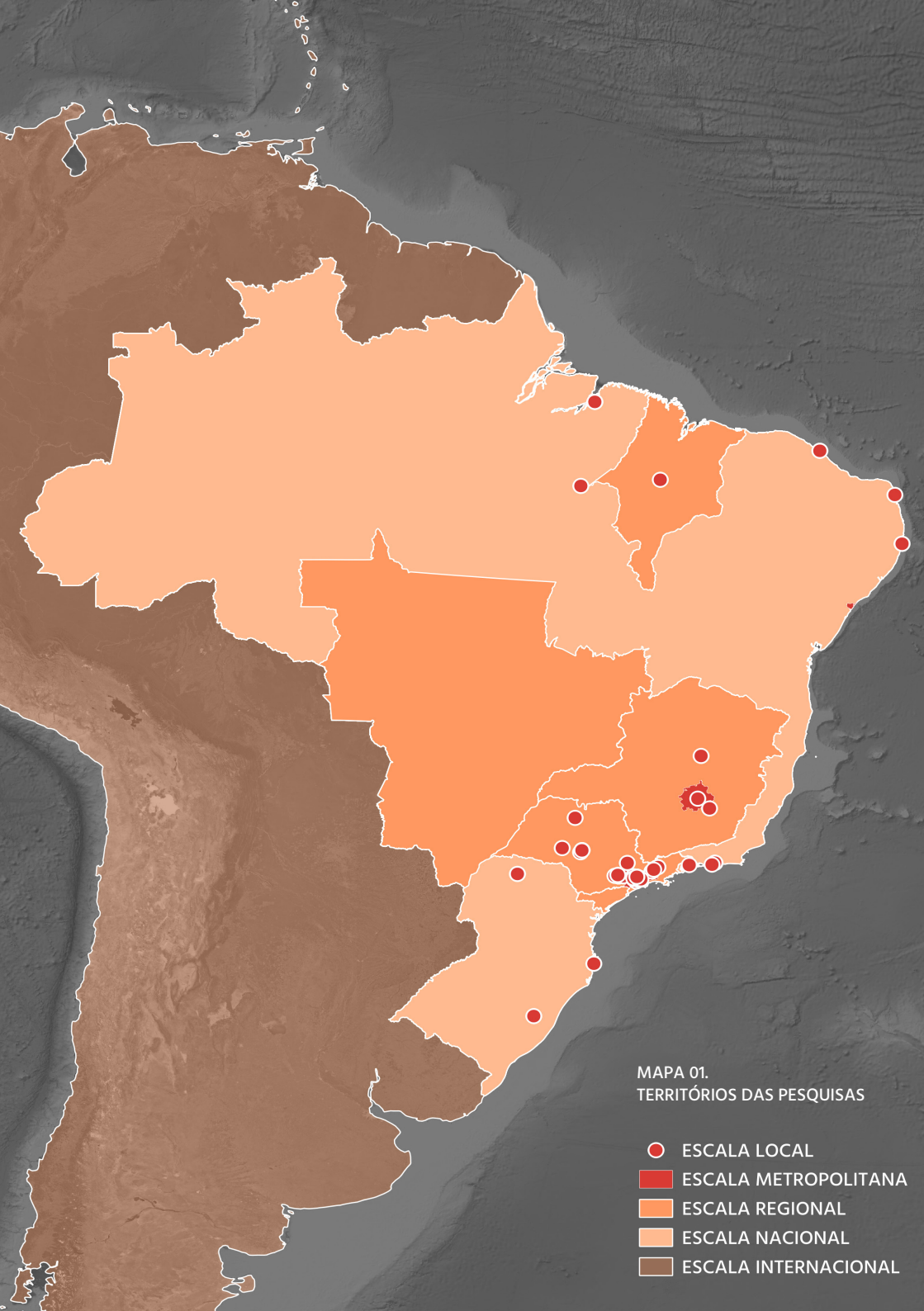
GRÁFICO 03. RECORTE TERRITORIAL DAS PESQUISAS





A partir dos dados anteriores, com atenção às especificidades das pesquisas, é possível identificar os territórios estudados de forma especializada. Há pesquisas em diversas regiões do Brasil e com recortes específicos: no norte, cidades da Amazônia Oriental e a capital Belém/PA; no nordeste, capitais litorâneas, pequenos municípios minerários do Maranhão e região metropolitana de Aracajú/SE; no centro-oeste, a própria grande região é objeto de estudo; no sudeste, alguns estados são objeto de pesquisa, bem como arranjos populacionais do noroeste paulista, da região do Vale do Ribeira, regiões metropolitanas e localidades de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (cidades, bairros, perímetros); no sul, três cidades estão em foco, uma em cada estado da região. Assim, há uma diversidade geográfica que contempla realidades variadas. Além disso, há pesquisas que estudam porções mais amplas do território e internacionalizam a análise, como é o caso do recorte da América Latina. Certamente será na avaliação cruzada e coletiva de diferentes contextos, que avaliações mais gerais sobre a casa e a cidade poderão ser balizadas, uma potência da rede de pesquisa nacional.





MAPA 01.  
TERRITÓRIOS DAS PESQUISAS

- ESCALA LOCAL
- ESCALA METROPOLITANA
- ESCALA REGIONAL
- ESCALA NACIONAL
- ESCALA INTERNACIONAL

Com o intuito de tornar mais interativa a navegação acerca dos dados apresentados anteriormente, foi elaborado um mapa online por meio da plataforma Google My Maps, onde é possível identificar todos os recortes territoriais das pesquisas empreendidas pelo Instituto, bem como o título da pesquisa relacionado àquele recorte. Para acessá-lo, basta apenas clicar no link a seguir, ou apontar a câmera para o QR Code. Cabe ressaltar que para acessá-lo é preciso estar logado numa conta de domínio gmail.

Acesse [aqui](#) o **Mapa Interativo de Recortes Territoriais das Pesquisas do INCT Produção da Casa e da Cidade** ou aponte sua câmera para o QR Code:





